

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Pedido de audiência da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo – Penafiel, sobre a Reabilitação da Escola Básica Penafiel Sul e da Escola Secundária Joaquim de Araújo.

3.2. Pedido de audiência do Snesup para apresentar a solicitação de uma norma clarificadora da progressão remuneratória dos docentes do Ensino Superior Público.

3.3. Pedido de audiência da Associação Nacional de Professores para apresentação do documento "Código Ético e Deontológico da Profissão Docente", que se encontra em discussão pública.

4. Audição regimental do Ministro da Educação, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 15h00

5. Outros Assuntos

6. Data da próxima reunião

- 16 de janeiro de 2019 – Audição de subscritores de iniciativa legislativa de cidadãos
- 22 de janeiro de 2019 – reunião ordinária
- 23 de janeiro de 2019 - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimentos do BE e do PSD

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de ata

A aprovação das atas das reuniões anteriores foi adiada.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Pedido de audiência da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo – Penafiel, sobre a Reabilitação da Escola Básica Penafiel Sul e da Escola Secundária Joaquim de Araújo

A Comissão deliberou que a audiência será realizada por Deputado-piloto, tendo sido indicado o Deputado Luís Monteiro (BE).

3.2. Pedido de audiência do Snesup para apresentar a solicitação de uma norma clarificadora da progressão remuneratória dos docentes do Ensino Superior Público.

A Comissão deliberou realizar a audiência na reunião seguinte da Comissão.

3.3. Pedido de audiência da Associação Nacional de Professores para apresentação do documento "Código Ético e Deontológico da Profissão Docente", que se encontra em discussão pública.

A Comissão deliberou realizar a audiência na reunião seguinte da Comissão.

4. Audição regimental do Ministro da Educação, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 15h00

O Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, à Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, e ao Secretário de Estado da Educação, João Costa. Indicou, ainda, a grelha de tempos disponíveis para as intervenções.

O Deputado Porfírio Silva (PS) começou por fazer referência ao quadro financeiro plurianual do anterior Governo, nomeadamente ao nível do Ensino profissional. Também sublinhou a valorização da escola pública por este Governo, o que se reflete nos números. Sublinhou, por isso, que os números negociados pelo anterior Governo (350 milhões) representaram um corte

muito significativo relativamente às verbas inscritas no QREN (corte de mais de 80%). Com este Governo, disse, apostou-se num reforço dos fundos comunitários.

O Deputado do PS apontou o Investimento na Educação como um eixo estratégico, “uma das chaves da promoção da igualdade”, sendo outra das áreas chave o “Investimento na formação de adultos”.

A concluir esta primeira intervenção, deixou duas perguntas ao Governo, a saber, “Como é que, nas suas diversas dimensões, a reprogramação dos fundos comunitários vai concretizar esta aposta na formação dos portugueses?”. “Em que ponto está o desenvolvimento da rede de clubes Ciência Viva nas escolas?” (Como está a distribuição desta Rede, nomeadamente em termos territoriais? Qual o grau de investimento consolidado?” “Qual a informação que temos em termos de dinâmica nas escolas?”).

Os membros do Governo disseram que o POCH e a sua reprogramação tem tido a melhor taxa de execução do Portugal 2020 e da UE. Sublinharam que o anterior Governo tinha deixado uma lacuna enorme relativamente ao ensino profissional, área central para este Governo, como se pode ver no portal da oferta educativa e formativa, lançado recentemente. Quanto ao POCH, acrescentou ainda: “Tivermos oportunidade de alocar novos 350 milhões de euros para que se possa cumprir em pleno o ensino profissional”.

Quanto ao edificado, disse terem sido feitas parcerias com muitos municípios e estão centenas de obras concluídas, em execução ou em fase de preparação. E garantiram-se mais recursos para o infraestruturado (previstas mais 40 obras).

Quanto às Escolas da Rede Ciência Viva, afirmou pretender-se aumentar a articulação com laboratórios e investigação, entre ensino formal e não formal, havendo 247 escolas que se candidataram. Sobre esta matéria, está-se neste momento em todos os distritos do país, informando estarem 825 professores alocados. Quer por via de financiamento comunitário quer fundos comunitários, são cerca de 3 milhões de euros alocados a esta iniciativa, disse.

Pela parte do Grupo Parlamentar do PSD, interveio a Deputada Margarida Mano, que notou, a propósito da reprogramação e do investimento, que o desinvestimento na Educação tem sido “muito relevante”. E ilustra esta situação com o que se passa no terreno, nomeadamente alunos que estão de “casaco e cachecol” nas salas de aula. Sobre o investimento na Educação, disse só existir mesmo em “anúncios”, aludindo aos casos de necessidade de obras no Liceu Camões, Conservatório de Música e Dança, Escola Alexandre Herculano e António Arroio.

Tendo em conta o exposto, dirigiu as seguintes perguntas ao Ministro da Educação: i) pode garantir que alguma destas intervenções está garantida – o seu início – até ao final do ano letivo? li) relativamente à retirada das placas de amianto das escolas (dos 252 edifício identificados como prioritários), quantas escolas foram intervencionadas para retirar as placas de amianto e já estão concluídas ao abrigo deste programa? iii) Relativamente aos professores, vai mudar de postura e negociar com os sindicatos, propondo soluções?

Relativamente ao Orçamento do Estado, responderam os membros do Governo que, entre 2011 e 2015, houve uma diminuição progressiva de verbas. Porém, de 2016 a 2019, aconteceu o contrário, um aumento das verbas e do investimento. Referiu ser o investimento alicerçado em financiamento comunitário (atualmente Portugal 2020), que não foi apetrechado adequadamente pelo anterior Governo.

Sobre a remoção do amianto, confirmou ser uma preocupação deste Governo e que este atuou para a resolução destas situações. Finalmente, quanto aos investimentos nas escolas, referiu algumas que são prioridades. Quanto às escolas de Lisboa (como o Conservatório e o Liceu Camões), reparou que o processo de recuperação se encontra em curso, com os concursos lançados nos tempos próprios.

A Deputada Joana Mortágua (BE) começou por abordar a questão da recuperação do tempo de serviço dos professores, perguntando se o Ministro da Educação dá como assente que o impacto financeiro custa o equivalente a 1 ponto percentual do IVA (conforme declarações de um antigo membro do Governo responsável pelos Assuntos Fiscais).

Ainda sobre este processo, perguntou se o Governo vai negociar com os sindicatos ou vai persistir numa posição intransigente e no simulacro de negociação (notando a aparente convergência no parlamento quanto à solução da recuperação integral e uma iniciativa legislativa de cidadãos com este sentido).

Numa outra parte da sua intervenção, a Deputada fez referência ao Decreto regulamentar n.º 6/2018 (contabilização descontos para a Segurança Social) e realçou que, sobre a contabilização dos tempos incompletos, que o Governo diz ser mais favorável, os professores parecem dizer o contrário (em vez de 30 dias são contabilizados 28 dias).

Deixou ainda duas questões ao Governo. A primeira, sobre os relatos de exaustão dos docentes, nomeadamente sobre se o ministro está a considerar alterações ao nível da distinção da componente de tempo letiva e não letiva e se considerou recomendação da CNE no âmbito da educação inclusiva (para não sobrecarregar tempo não letivo dos professores). Uma segunda pergunta foi sobre a questão da falta de funcionários e as deficiências no rácio de funcionários: “Está o Ministério a pensar fazer uma revisão deste rácio?”.

Os membros do Governo enfatizaram que o pessoal não docente é fundamental para o cumprimento dos projetos pedagógicos e que o Governo considerou que o rácio devia ser majorado.

Quanto à questão da negociação com os sindicatos, afirmou que o Governo terá toda a boa-fé negocial. Mas lembrou que o OE 2019 é válido por todo o ano de 2019.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) lembrou que a Conta Geral do estado 2017 dá conta que o investimento público teve uma execução de 40% (menor do que a expectativa do Governo). E refere que a UTAP também dá conta de que a execução 2018 está abaixo da do ano anterior.

Esta circunstância é relacionada pela Deputada com as situações de relatos de frio nas salas de aulas, deixando a pergunta: o estudo sobre condições de climatização nas escolas já está feito?

Outra questão colocada foi sobre as obras nas escolas, nomeadamente sobre o Liceu Camões, e sobre a Ação Social Escolar, dando conta de relatos de estudantes que vão para a escola com fome, número que, segundo referiu, tem vindo a aumentar. E pergunta se a Ação Social Escolar não terá aqui um papel?

Os membros do Governo responderam falando de um aumento de 38 milhões de euros na Ação Social Escolar, como, dizem, a CGE atesta. Também foram mencionadas as situações de escolas que providenciam refeições durante os períodos de interrupções letivas, citando-se alguns números de refeições, que, sublinha, são dadas mais do que as encomendadas.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por se debruçar sobre a questão da recuperação do tempo de serviço dos professores, interpelando o Ministro da Educação a esclarecer o que entende por “oportunamente” será dado cumprimento à norma do OE ao nível da recuperação do tempo de serviço dos professores?

Quanto a esta questão, reforçou a posição do PCP de que apenas está em discussão o prazo e o modo como a recuperação (integral) deve ser feita.

Sobre outros assuntos, pediu esclarecimentos sobre o horário de trabalho dos professores, chamando a atenção para o facto de muitas escolas trabalharem para lá das 35 horas. Sobre este assunto – disse a Deputada -, o Ministério tinha ficado de fazer umas FAQ que nunca enviou às escolas.

O Governo foi ainda questionado sobre a questão da necessidade de contratar trabalhadores e da revisão da portaria de rácios. “Quando vai ser feita esta revisão?”. “Qual a situação relativamente aos assistentes operacionais e qual o prazo para entrarem em funções?”. Por fim, foram ainda colocadas questões semelhantes relativamente aos assistentes técnicos e aos técnicos especializados.

Relativamente às negociações com os sindicatos, os membros do Governo sublinharam que aqueles é que são os interlocutores do Governo (e não o Parlamento). Sobre os técnicos especializados, assistentes técnicos e assistentes operacionais, disse ter havido um reforço. Acrescentando que o processo PREVPAP (que os enquadra) tem decorrido com naturalidade, tendo já sido lançados centenas de concursos.

Quanto à questão dos tempos parciais, esta é uma questão que tem sido trabalhada com os sindicatos, referirem.

Na 2.ª ronda, a primeira intervenção coube à Deputada do PS Susana Amador, que falou sobre a questão do investimento, citando o Relatório do Estado da Educação, que diz que o valor é o mais alto da década quanto à educação especial.

O Governo referiu haver uma mudança de paradigma que dá prioridade à luta contra o abandono escolar precoce.

A Deputada do PSD Maria Germana Rocha observou que a realidade desmente a retórica do investimento, ilustrando com a falta de assistentes operacionais nas escolas (secundado pelos diretores das escolas). Notou que o Governo tem usado nesta matéria (da falta de funcionários) a magia dos números mas considerou existem contradições entre os números apresentados pelos diferentes membros do Governo da pasta da Educação, solicitando, assim, esclarecimentos sobre os números em causa.

A Deputada instou os membros do Governo a esclarecerem as razões por que, no que diz respeito às bolsas de mérito, o Governo desrespeitou o normativo vigente, pagando apenas metade do valor da primeira tranche devida.

Sobre este assunto das bolsas de mérito, os membros do Governo responderam que houve um problema técnico que foi resolvido e reconhecido pelo Governo. Mas que os pagamentos foram realizados no tempo devido.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Joana Mortágua (BE), que insistiu nalgumas perguntas feitas anteriormente. Disse lamentar a imagem catastrofista que se criou em torno do impacto financeiro (da recuperação do tempo de serviço dos professores) e, sobre esta questão, esclareceu que o Governo iria ser sempre confrontado com estas perguntas bem como, sendo o caso, com a Apreciação Parlamentar sobre esta matéria.

Sobre a calendarização das obras, o BE observou que se os concursos como o do Liceu Camões tivessem sido lançados no início da legislatura, o problema não teria ocorrido.

A Deputada Joana Mortágua comentou ainda que muito mais frio passaram os alunos no tempo do Governo PSD-CDS, nomeadamente em contentores.

Por fim, interpelou os membros do Governo a dizerem qual a posição relativamente à opinião do CNE sobre transferência de competências para as autarquias locais, nomeadamente para órgãos exteriores às escolas (competências que deviam ser destas no âmbito da sua autonomia)

Do lado dos membros do Governo, esclareceu-se que o processo de obras é moroso, passando por várias fases obrigatórias que demoram o seu tempo, tendo explicado haver algumas especificidades nas obras do Liceu Camões, do Conservatório ou da João de Barros.

De seguida, interveio a Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP), que reforçou a questão da falta de assistentes operacionais referindo expressamente uma nova problemática surgida pela saída dos assistentes técnicos das secretarias das escolas que através de concurso e mecanismos de mobilidade passaram a integrar outros organismos da administração pública como Ministérios e Câmaras Municipais agravando de forma significativa as condições de trabalho das secretarias que ficam desfalcadas de pessoal fundamental e experiente. Perguntou qual a situação resultante deste movimento de funcionários e que medidas o Ministério tem em vista tendentes a minimizar ou ultrapassar o problema. Também recordou a posição do CDS quanto à

descentralização de competências (a favor). No entanto, criticou a forma como esta está a ser feita tendo perguntado sobre as razões para a não publicação do diploma setorial da Educação, o qual já estaria concluído.

Sobre esta última questão, os membros do Governo esclareceram que o diploma setorial da Educação se encontra na Presidência da República (bem como outros diplomas).

A finalizar esta 2.ª ronda, teve a palavra a Deputada Ângela Moreira (PCP), que tocou na questão da degradação do edificado escolar e a necessidade de requalificação da escola Alexandre Herculano, no Porto. A este propósito, perguntou se o Ministério da Educação está a considerar aumentar a verba de 7 milhões de euros (para 14 milhões) e que medidas está o Governo a pensar adotar para agilizar este processo.

Deixou uma outra questão relativamente ao possível encerramento de duas escolas do distrito de Aveiro, questionando os membros do Governo sobre escola de proximidade e se o Governo pretende afastar estes alunos do meio em que vivem.

Sobre esta questão, os membros do Governo referiram que o Governo tem trabalhado muito na questão da proximidade junto dos municípios. Relativamente ao valor da obra para a Escola Alexandre Herculano, disse esclareceu que o valor dos 14 milhões prende-se não apenas com a requalificação do edifício escolar mas com outros edifícios.

3.ª Ronda

A terceira ronda de perguntas foi iniciada pela intervenção da Deputada Maria Augusta Santos (PS), que referiu que há mais turmas e alunos no ensino profissional e foi feita uma reprogramação de verbas, atribuindo-lhe 350.000.000€, tendo havido melhorias na valorização deste ensino.

A Deputada Margarida Mano (PSD) salientou que o PSD apresentou várias perguntas e requerimentos ao Governo que não obtiveram resposta e perguntou quando vai ter resposta a nova pergunta que fizeram sobre os custos e o impacto da contagem do tempo de serviço dos docentes.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que as orientações curriculares atuais conflituam com a base curricular de 2012 e perguntou quando vai ser feita a harmonização.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) indicou as carências de várias escolas do distrito de Évora e questionou quando vão ser intervencionadas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com a regulamentação do ensino doméstico, mas salientou que parece haver desconfiança em relação ao mesmo, tendo pedido que fossem justificadas as opções adotadas. Pediu ainda informação sobre horários da responsabilidade do Instituto Espanhol.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) mencionou que têm recebido indicação sobre vários problemas no âmbito da educação inclusiva e pediu informação sobre a formação dos profissionais e quem suporta o respetivo custo, bem como se também houve formação para os assistentes operacionais e qual o ponto de situação em relação à regularização do vínculo dos técnicos especializados.

A Deputada Elza Pais (PS) pediu o ponto de situação da estratégia nacional para a cidadania.

A Deputada Laura Magalhães (PSD) referiu que a [Portaria 119/2018, de 4 de maio](#), cria desigualdades e que há uma insuficiência de dotação no Orçamento do Estado para a distribuição gratuita de manuais escolares e pediu esclarecimentos sobre estes pontos.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que, com a realização das provas de aferição no 1.º ciclo, se verificou que há muitas escolas sem o material necessário, nomeadamente na disciplina de Educação Física e questionou o que está a ser feito para garantir as condições de aprendizagem e avaliação daqueles alunos.

A Deputada Odete João (PS) defendeu que o rácio de pessoal não docente, previsto na nova portaria aprovada pelo atual Governo, gerou um aumento dos assistentes operacionais atribuídos, enquanto o número de alunos e escolas está a diminuir e indicou que a gestão deste pessoal é dinâmica. Salientou também a existência de mais técnicos para o programa para a promoção do sucesso escolar e pediu o ponto de situação em relação a esta matéria.

Os membros do Governo responderam globalmente às questões, tendo informado, em resumo, o seguinte: em relação ao ensino profissional (realçando que o ensino profissional privado faz 30 anos em 2019), foram internalizadas pelo Ministério da Educação as dotações necessárias, criado um portal da oferta educativa e formativa e está a ser reponderado o ingresso destes alunos no ensino superior; o PSD colocou muitas questões, que vão ser respondidas oportunamente; a situação respeitante aos horários do ensino do espanhol já está resolvida pelo Instituto Espanhol, dando resposta às pretensões dos pais; está a ser alterado o regime do ensino doméstico e a sua aplicação, para não haver crianças negligenciadas; tem havido muita formação no âmbito da educação inclusiva; está a ser monitorizada a educação para a cidadania; estão a ser reponderadas estratégias para darem resposta ao maior insucesso escolar dos rapazes em relação às raparigas, nomeadamente com utilização de mais atividade desportiva para aqueles; as escolas do 1.º ciclo estão a ser mais equipadas, nomeadamente para a disciplina de Educação Física; vai ter lugar a requalificação de várias escolas, em acordo com as Câmaras, nomeadamente no Baixo Alentejo, com uma dotação de 80.000.000€ para todo o país; o acesso ao ensino superior está em reflexão.

O Deputado João Moura (PSD) pediu informação sobre os contratos de associação em Fátima, indicando que esta povoação tem falta de escolas públicas e perguntou o que se prevê para o ano letivo de 2019/2020,

A Deputada Lúcia Araújo Silva (PS) pediu o ponto de situação sobre as obras na escola de S. Pedro do Sul.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que os sindicatos dizem que o Ministério da Educação não lhes responde em relação à contagem do tempo de serviço dos docentes e perguntou se o Senhor Ministro podia assumir que o Decreto-Lei anterior vai ser alterado.

A Deputada Liliana Silva (PSD) pediu informação sobre novos concursos para assistentes operacionais em Viana do Castelo e questionou o corte de financiamento, através de contrato de associação, a um colégio em Vila Praia de Âncora, tendo salientado que a escola pública, para acolher todos os alunos, teve de fazer adaptações para colher todos os alunos, nomeadamente utilizando recreios cobertos para fazerem salas.

A Deputada Susana Amador (PS) referiu um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) e salientou o desafio da saúde a nível de alimentação e sono e equacionou a ligação com o desporto escolar, tendo equacionado que estratégias estão a ser adotadas.

A Deputada Patrícia Fonseca (CDS-PP) pediu informação sobre se está prevista a requalificação da Escola Básica e Secundária em Torres Novas, a qual tem muito espaço, mas falta de salas e espaços educativos.

O Deputado Porfírio Silva (PS) perguntou qual o acompanhamento e monitorização que está a ser feito do processo de autonomia e flexibilidade curricular.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) defendeu que as escolas, com este Governo, não estão bem, nem melhores, não havendo recursos humanos, nem aumento de investimento, mas apenas de dotações para salários e no 1.º ciclo os investimentos são suportados pelas autarquias, tendo concluído que não há mais investimento nas escolas.

Os membros do Governo responderam globalmente às questões, tendo informado o seguinte: a escola de S. Pedro do Sul está a ser requalificada em parceria com a Câmara Municipal; o estudo da OMS refere as condições dos alunos e o respetivo comportamento e a educação para a cidadania também envolve a educação para a saúde; os alunos gostam cada vez menos de estar nas escolas, pelo que têm de desenvolver-se estratégias nesse sentido; o processo de autonomia e flexibilidade curricular tem monitorização pelos vários serviços envolvidos, incluindo a ANQUEP, Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e inclui a colocação de professores, a realização de sessões com as escolas, a nível nacional e regional, ações de formação, a disponibilização de um *site* com contributos das escolas, tendo havido uma ação que aposta na proximidade; tem sido dada muita formação em várias áreas, nomeadamente em liderança da escola, que conta para a progressão na carreira; há categorias, que foram exemplificadas, que no âmbito do PREVPAP, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, serão consideradas necessidades permanentes, permitindo a regularização desses trabalhadores; Fátima é uma freguesia do concelho de Ourém, que tem 3 escolas públicas e o número de turmas a financiar através de contrato de associação é analisado anualmente.

A terminar, a Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou um protesto pelo facto de o Ministro da Educação não ter respondido se podia assumir que vai haver alteração do Decreto-Lei sobre contagem do tempo de serviço dos docentes.

A [audição](#) foi gravada em vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

5. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

6. Data da próxima reunião

- 16 de janeiro de 2019 – Audição de subscritores de iniciativa legislativa de cidadãos
- 22 de janeiro de 2019 – reunião ordinária
- 23 de janeiro de 2019 - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimentos do BE e do PSD

A reunião foi encerrada às 18:16 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de janeiro de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Ângela Moreira
Elza Pais
João Moura
José Cesário
Liliana Silva
Odete João
Patrícia Fonseca

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves